

# Quem pode, quem não pode

» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário

Num discurso pronunciado poucos dias atrás, Recep Tayyip Erdogan, presidente da Turquia, pisou com força no calo de muita gente. Atacou fortemente o primeiro-ministro de Israel. Com todas as letras, afirmou que, com os crimes que vem cometendo em Gaza, Benjamin Netanyahu “inscreve seu nome ao lado de Hitler, Mussolini e Stalin, como um nazista dos dias atuais”. E não parou por aí. Garantiu que “ninguém jamais obrigará a Turquia a chamar o Hamas de organização terrorista”. Acrescentou ainda que a Turquia “conversa abertamente com os líderes do Hamas e os apoia com determinação”.

São poucos os líderes a poder pronunciar tais palavras sem que o mundo venha abaixo. Erdogan é um deles, e sabe que pode fazê-lo sem ser cobrado. O dirigente turco entendeu que a liberdade de palavra de um líder está ligada à importância de seu país no tabuleiro da política mundial. Há nações importantes pelo poder econômico, outras se impõem pelo arsenal atômico, há ainda países que, por sua posição geográfica, são estratégicos.

Antes de falar grosso, Erdogan manobrou paulatinamente para aumentar o peso de seu país. O território turco se assenta nas duas margens do Bósforo, o estreito por onde é obrigado a passar todo navio com destino ao Mar Negro. Isso significa que toda a frota russa baseada naquelas águas tem de pedir licença à Turquia para transitar por ali, até poder largar âncoras em seu porto de armamento situado na margem russa do Mar Negro.

A política externa de Erdogan torna seu país polivalente. Membro da Otan, a Turquia é próxima da Ucrânia, amiga da Rússia e inimiga de Israel. Numa hipotética futura mesa de negociação da paz na Ucrânia, a Turquia será um participante, por assim dizer, obrigatório.

Essa esperta ambiguidade da política turca, aliada à importância geográfica do país, faz que se releve boa parte dos exageros retóricos do presidente — que são basicamente destinados a seu público interno. Fecham-se os ouvidos para a comparação extravagante entre Netanyahu e Hitler, e fecha-se o olho para o apoio veemente e fraterno ao Hamas, grupo considerado por muitos como terrorista.

Nosso Lula nacional, depois de levar puxões de orelha por falas inoportunas e inapropriadas, parece ter mudado a espingarda de ombro. (Essa é a situação no momento em que escrevo; amanhã, ninguém sabe.) A importância estratégica do Brasil ainda não permite a nosso presidente sair por aí dando murros na mesa. Lula acaba quebrando os dentes a cada vez que se aventura por mares que não costumamos navegar.

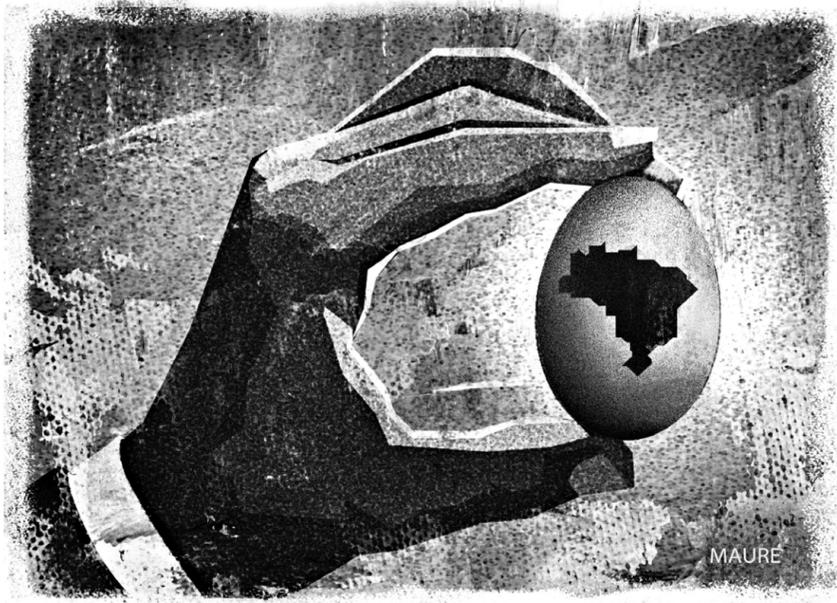
Tudo indica que sua nova meta é assumir a liderança do Sul Global. O alvo está distante, e o caminho será pra lá de árduo. Há sinais de que nossa sociedade está mudando. Um fato novo revelado pelo último Datafolha mostra que 10% dos entrevistados apontam a política externa de Lula como algo negativo. Isso é novidade. Política exterior nunca foi tema importante para o grande público no Brasil, sendo

reservado, via de regra, para iniciados. Percebe-se que já não é assim.

Mas o que vem a ser esse tal de Sul Global? O nome é portentoso, deixando a impressão de que congrega todos os países ao sul do Equador, irmanados num interesse comum. Não é nada disso. Não passa de uma etiqueta. É um elenco de países díspares que se imagina não terem simpatia pelos Estados Unidos, país cuja hegemonia talvez os incomode. Assim, excluídos os EUA, a Europa e mais algumas antigas colônias britânicas, a etiqueta reúne, em tese, todos os países restantes.

O nome da etiqueta foi mal escolhido. China, Índia e Rússia — apesar de se situarem inteiramente no Hemisfério Norte, com a Rússia roçando até o Polo Norte — fariam parte do Sul Global. Vê-se que é uma congregação de interesses contrastados, às vezes divergentes e até antagonicos. São países que pouco têm a ver entre si. É esse Sul Global que Luiz Inácio tem intenção de liderar? Um Lula a liderar Putin, Xi Jinping e Modi?

O Brasil é um país lindo e cheio de promessas, mas nossas potencialidades têm de ser desenvolvidas. Em vez de tentar liderar etiquetas ao redor do mundo, Lula deveria começar combatendo os males nacionais, pelo menos os mais evidentes e urgentes, como a dengue, a miséria, o massacre sistemático dos povos indígenas. Seria o melhor caminho para tentar recobrar a velha aura que murchou. Um dia, o Brasil certamente será importante. Mas a estrada ainda é longa.



## Congresso ameaça mais uma vez a Lei de Proteção da Vegetação Nativa

» DANIEL LUIS MASCIA VIEIRA, BRUNO MACHADO TELLES WALTER, MARCELO FRAGOMENI SIMON E ALDICIR SCARIOT  
Pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e da Rede Biota Cerrado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 20, o Projeto de Lei n.º 364/2019, que pretende alterar a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012). Essa norma reconhece a existência de área rural consolidada — área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008 — em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal ou de Uso Restrito.

Áreas rurais consolidadas são desobrigadas a recuperarem a vegetação nativa em parte ou completamente, e a proposta do PL 364/2019 altera a lei, ampliando a tipificação das áreas rurais consolidadas ao incluir, nessa categoria, áreas de vegetação nativa não florestal, utilizadas para o pastoreio antes de 22 de julho de 2008.

De acordo com o projeto de lei, “a consolidação do uso nessas áreas ocorre independentemente de ter sido a vegetação nativa efetivamente convertida”. Dessa maneira, o PL torna as vegetações não florestais de todo o território nacional áreas rurais consolidadas, passíveis de conversão de uso do solo, desde que tenham sido usadas por atividades agrossilvipastoris antes de 2008.

Oral! Campos e savanas em diferentes biomas brasileiros têm sido historicamente usados para o pastoreio do gado, sem que tenham sido convertidos. Trata-se de uso sem alterações significativas na estrutura e no funcionamento do sistema e na diversidade de espécies. Portanto, é errado enquadrar o pastoreio em ecossistemas naturais como

uma modalidade de área rural consolidada, como são as edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris onde foi realizada supressão da vegetação nativa.

Formações naturais não florestais respondem por boa parte da vegetação nativa remanescente no Brasil. Dados do MapBiomas mostram que formações naturais não florestais são 94% da vegetação nativa da Caatinga, 81% do Pantanal, 74% do Pampa, 74% do Cerrado, 14% da Mata Atlântica e 5% da Amazônia.

Os remanescentes de vegetação nativa em propriedades desempenham papel crucial para a conservação dos biomas. No Pampa, no Pantanal e na Caatinga, apenas 2,3%, 4,6% e 5,2% da vegetação nativa encontram-se protegidas em Unidades de Conservação (UCs), respectivamente, excluindo Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Como resultado da possível aprovação do PL 364/2019, boa parte das vegetações não florestais em todos os biomas brasileiros poderá ser convertida em outros usos, com redução significativa na evapotranspiração, disponibilidade e qualidade da água, na biodiversidade e no estoque de carbono. Porém, essas vegetações guardam as águas do país e alimentam os aquíferos; logo, além do impacto ambiental, tal descaracterização dos ecossistemas não florestais afetará também sua gente, seus modos de vida e sua cultura.

O PL 364/2019 relega e desqualifica a proteção dos ecossistemas nativos não florestais a uma condição inferior. Tomando o nosso Cerrado como exemplo: o Cerrado comporta a savana mais rica do planeta, tem cerca de 12,5

mil espécies de plantas angiospermas (plantas com flores) nativas e uma cifra equivalente à que é encontrada na Amazônia brasileira (lembrando que a Amazônia, no Brasil, ocupa o dobro do território do Cerrado). Todo o país tem cerca de 35 mil espécies de plantas nativas. No Cerrado, para cada espécie de árvore, há cerca de sete espécies de arbustos e ervas. Espécies com diferentes aptidões, características e importância que não devem ser ignoradas.

Esse PL é uma proposta insustentável que ignora as diferenças geográficas, climáticas, edafológicas, geomorfológicas, hidrológicas, hidrográficas e até culturais do nosso continental país. Ignora que a realidade do Rio Grande do Sul é diferente da realidade de São Paulo; que é diferente da realidade do Pará ou qualquer outro ente da federação brasileira. Ameaça biodiversidade, cultura, serviços ambientais e, por conseguinte, a agricultura nacional.

Além disso, o PL vai na contramão do que está proposto no Programa Nacional de Conservação de Pastagens Degradadas, recentemente lançado pelo governo federal, que preconiza a utilização racional e eficiente das extensas áreas de pastagens degradadas presentes no país, evitando a expansão agropecuária em áreas de vegetação nativa. Ataca diretamente acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e mancha sua imagem como organizador e protagonista da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) que será realizada em 2025, na cidade de Belém, no Pará. Por todos os seus malefícios, fáceis de serem previstos, esse PL deve ser rejeitado.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Geografia é o destino?

Eis aqui uma questão que segue em discussão mundo afora. Em muitos casos, esse tem sido o dilema enfrentado pela humanidade ao longo dos milênios. De modo geral, a diáspora empreendida pelos seres humanos ao longo de toda a sua existência prova que a sobrevivência decorreu, em grande parte, da possibilidade de deslocamento das populações em busca de terras e climas mais propícios.

No caso do Brasil, especificamente, as migrações de grande número de cidadãos do Norte/Nordeste para regiões mais ao sul provam que essa é uma premissa verdadeira. De modo geral, podemos verificar que, em pleno século 21, essa é ainda uma realidade entre nós. Quanto mais longe dos centros de decisão política estadual e federal, mais e mais os municípios se veem largados à própria sorte.

Regiões perdidas nos confins do nosso país, como é caso de muitos municípios situados geograficamente no Norte e no Nordeste, sofrem com todo o tipo de carência, com muitos sobrevivendo graças a políticas do tipo assistencialistas cujas portas de saída ou solução para esse dilema simplesmente inexistem. Infelizmente, essa situação de penúria tem persistido ao longo do tempo, justamente porque essa passou a ser uma condição *sine qua non* para a perpetuação de certos tipos de políticas e políticos cujo discurso difere dos fatos.

No entra e sai de governos, soluções milagrosas são anunciadas aos quatro ventos, e por eles levadas da mesma maneira. Pesquisa elaborada pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP demonstra que, nos nove estados inseridos na região semiárida de nosso país, estão 90% dos municípios que exibem residências permanentemente fechadas. Isso de acordo com o Censo Demográfico de 2022.

A mesma pesquisa mostra que o crescimento da população nessas áreas, de 3,7%, é quase a metade da média nacional, que é de 6,5%. Embora os pesquisadores afirmem que essa diminuição demográfica tem menos relação com as mudanças climáticas, sendo um problema mais ligado a fatores sociais, o fato é que, aqui, o fator geográfico impulsiona a roda do destino.

Não só existem municípios fantasmas em nosso país, como essa tendência cresce à medida que essas populações, principalmente as mais jovens, descobrem que estão desgarradas do restante do país. O deslocamento populacional interno segue ainda sendo prova de que geografia é destino e razão de ser para a manutenção da chamada indústria da seca. Essa indústria, no sentido pejorativo, produz riqueza para os que a usam como mote de seus discursos e promessas, significando, por outro lado, a perpetuação de um ciclo de miséria que move a máquina política dos novíssimos coronéis do sertão.

O termo indústria da seca foi cunhado por Antônio Callado (1917-1997) nos anos de 1960. No livro *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*, o escritor, jornalista e teatrólogo já apontava, mais de 60 anos atrás, que havia uma espécie de “mito da seca”, que era usado como alibi para a questão da miséria e que, em sua origem, estavam as figuras do coronelismo e da corrupção endêmica a afetar toda a região — e que, ainda hoje, persiste sem solução à vista.

Aqui, além da geografia determinar, com sua mão invisível, o destino dessas populações, a ação humana — no caso, o oportunismo de uma classe política local insensível — vem como um elemento a mais a determinar o êxodo permanente desses nossos compatriotas.

### A frase que foi pronunciada:

“Seu doutô, os nordestino têm muita gratidão/Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão/Mas doutô, uma esmola a um homem qui é são/Ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão.”

Luiz Gonzaga

### Segredo

» Poucas lojas conhecem o poder do marketing musical. Algumas afugentam os compradores em poucos minutos. É preciso conhecer a faixa etária dos consumidores e usar um som que tranquilize.

### Vale conhecer

» A primeira escola de Choro do mundo oferece cursos para todas as idades e todos os níveis, desde o iniciante ao mais avançado, com a possibilidade de aulas presenciais e on-line. Ambiente familiar.

### Entrelinhas

» Por falar em Clube do Choro, João Manuel, nos seus 10 anos de idade, passava por ali e, ao ler a placa, perguntou: “Mãe, Clube do Choro é um clube de autoajuda?” Com um sorriso, ouviu o início da resposta. “Não deixa de ser.”

### História de Brasília

*Os carros da TCB que fazem a linha Alfa, da Marinha, estão prejudicando os moradores do Gama, porque não apanham passageiros no percurso nem na ida, nem na volta. (Publicada em 4/4/1962)*